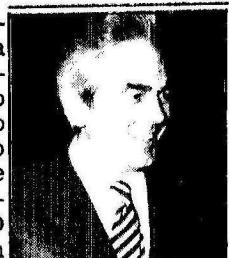


Bancos credores aprovam a renegociação

38

Em Nova York, eles anunciaram ter aceito o plano brasileiro para renegociar US\$ 31 bilhões da dívida externa e reduzir os juros.

Quase todos os 750 bancos credores da dívida externa brasileira deram sua aprovação ao plano de renegociação apresentado em julho último pelo presidente do Banco Central, Fernando Bracher (foto). O anúncio foi feito ontem em Nova York pelo coordenador do comitê de bancos credores, William Rhodes, que também é diretor do Citibank, um dos principais credores do Brasil. Pelo plano, ficam prorrogados débitos num total de US\$ 31 bilhões, além de reduzidos os juros que o País vem pagando sobre sua dívida.



O acordo, que deverá ser assinado logo depois da próxima assembleia do FMI/Banco Mundial, marcada para este mês em Washington, foi saudado por Bracher — que ontem estava em São Paulo — como um reconhecimento da estabilização da economia brasileira. O presidente do BC disse que isso permitirá ao governo desenvolver sua estratégia de reescalonar toda a dívida externa.

Pelo plano aprovado ontem por 95% dos bancos credores, serão prorrogadas por sete anos dívidas já vencidas em 85, no valor aproximado de US\$ 6 bilhões, além de outros US\$ 9,5 bilhões a vencer este ano e mais US\$ 15,5 bilhões em linhas de crédito comerciais e interbancárias. Quanto aos juros, o acordo prevê uma redução no spread para 1,125% sobre a libor — taxa preferencial dos bancos europeus, atualmente em torno de 5,7%.

«Sem inflação»

As conversações sobre o plano de renegociação vêm sendo desenvolvidas há meses, coordenadas pelo diretor de Área Externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas. No dia 25 de julho, ele e Bracher anunciaram em Nova York ter obtido a aprovação do comitê coordenador da dívida, formado por representantes de 14 grandes bancos americanos. Mas faltava a aprovação de pelo menos 90% dos outros bancos, o que foi confirmado ontem. “O acordo é um novo passo para que o governo brasileiro atinja seu objetivo de conseguir empréstimos voluntários dos bancos”, disse William Rhodes.

Esses créditos têm estado fechados aos países do Terceiro Mundo nos últimos meses, quando quase todos eles tiveram que reduzir o fluxo de pagamentos de suas dívidas. Com o Plano Cruzado, que fez cair vertikalmente a inflação sem que o País reduzisse seu ritmo de crescimento, os bancos credores passaram a acreditar mais nas possibilidades da economia brasileira. E agora, se quiser, certamente o Brasil terá mais acesso a novos financiamentos em condições de pagamento melhores.

De qualquer forma, o Brasil continua sendo o maior devedor mundial, com débitos globais de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 66 bilhões referem-se aos bancos internacionais (o restante cabe ao FMI, Banco Mundial, BID e outras instituições desse tipo).

Segundo Fernando Bracher, este ano o serviço da dívida brasileira deverá consumir entre US\$ 6 e US\$ 9,6 bilhões, valor inferior ao que foi dispendido no ano passado, US\$ 12 bilhões. Mas ele garantiu que o governo mantém sua meta de utilizar apenas o equivalente a 2,5% do PIB para o Exterior, como pagamento da dívida, embora esse índice seja “apenas um ponto de referência, não um valor definido”, como afirmou.

Explicações

Ao confirmar, em Brasília, a aprovação do acordo pelos bancos, o diretor do BC Antonio de Pádua Seixas revelou que a partir da próxima semana serão divulgadas as normas para o reempréstimo, em cruzados, de parte dos US\$ 6 bilhões das amortizações vencidas e não pagas em 1985. Somente as empresas privadas terão acesso a esses recursos, para os quais serão fixados tetos mensais.

No projeto de reescalonamento das amortizações de 1985, o volume de adesões chegou a US\$ 6,761 bilhões, do total de US\$ 6,788 bilhões, havendo uma diferença de apenas US\$ 27 milhões. Quanto às linhas de crédito de curto prazo para financiamento de operações de comércio (importações e exportações), o volume de adesões foi menor, chegando a US\$ 9,554 bilhões, do total renegociado de US\$ 9,972 bilhões (95,8%). Nas linhas de curto prazo interbancárias, o volume de adesões atingiu 96,86% do total de US\$ 5,422 bilhões. Alguns bancos não assinaram o acordo, embora houvessem manifestado previamente a sua aceitação (commitment).

Pádua Seixas disse que o Mellon Bank (de porte médio, dos EUA) aderiu ao projeto das amortizações mas rejeitou ingressar como cotista das linhas interbancárias e comerciais. “A não assinatura dos projetos não significa necessariamente que os bancos vão retirar as linhas de crédito. Alguns preferem trabalhar voluntariamente, enquanto outros simplesmente cortam os financiamentos”, disse Pádua Seixas.

As linhas comerciais e interbancárias vigoram até 31 de março próximo, havendo uma cláusula que diz que se até lá não forem concluídas as renegociações para a renovação os créditos continuam vigorando até junho. Existe um prazo teórico (até 30 de abril) para o Brasil e os bancos acertarem o reescalonamento da dívida vencida de 1986. A dívida relativa a 1985 foi renegociada com sete anos para pagamento, com cinco de carência.

A taxa básica de referência das amortizações de 1985/86 é a libor, vigente em Londres. Segundo Seixas, só com o fato de o Brasil ter conseguido trocar a taxa de juros da prime-rate (de Nova York) para a libor houve um ganho de 1,5%, que somado à eliminação das comissões em à redução do spread gera um benefício e, termos de economia de algo em torno de US\$ 32 milhões. O spread (taxa de risco) caiu de 1,785% para 1,125% para a dívida do setor público. Para os débitos do setor privado brasileiro, o abatimento foi de cerca de 2% para 1,25%. As taxas antigas, a prime bem como os spreads continuam valendo para os débitos anteriores a 1985 e 1986, até que haja um novo acordo.